

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

271 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 25 de maio a 5 de junho de 2026

1. CIMEIRA UE - BALCÃS OCIDENTAIS	1
2. ALARGAMENTO - PARLAMENTO EUROPEU	1
Relatório país a país	2
Posição da Hungria sobre a Ucrânia	3
3. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34	3
Planos nacionais e regionais de parceria	3
Recursos próprios	4
4. PACTO ASILO E MIGRAÇÕES - REGULAMENTO SOBRE REGRESSOS	5
Ponto de situação sobre o Pacto Migração e Asilo	5
5. ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA NATO	6
6. COMISSÃO EUROPEIA E OCDE: PROJEÇÕES ECONÓMICAS	7
Pacote de primavera da Comissão Europeia	7
Economic outlook da OCDE	8
7. COMISSÃO EUROPEIA - SOBERANIA DIGITAL	9
8. COMISSÃO EUROPEIA - OCEAN EYE	9
9. REUNIÕES DO CONSELHO	10
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Conselho Europeu	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da UE	10

1. CIMEIRA UE - Balcãs Ocidentais

A [Cimeira UE-Balcãs Ocidentais](#) realizou-se em Tivat, Montenegro, em 5 de junho de 2026, presidida pelo Presidente do Conselho Europeu e com a participação da Presidente da Comissão Europeia e da Alta Representante Kaja Kallas, tendo decorrido sob o tema “*Prosperidade e estabilidade partilhadas da UE e dos Balcãs Ocidentais*”.

No plano político, os líderes centraram as discussões no [processo de alargamento](#) e na [integração gradual dos Balcãs Ocidentais na União](#), num contexto geopolítico marcado pela guerra no continente europeu e pelo [debate sobre eventuais formas intermédias de participação de países candidatos antes da adesão plena](#). Na preparação da cimeira, António Costa sublinhou que o encontro constituiria uma demonstração clara da determinação da UE em aprofundar a cooperação com a região e em aproveitar a atual dinâmica do alargamento. Em Tirana, ao lado do Primeiro-Ministro albanês, Edi Rama, o Presidente do Conselho Europeu defendeu que a União deveria prosseguir “*na via atual*” das negociações de adesão, em especial com o Montenegro e a Albânia, por considerar que estes processos se encontravam numa “*muito boa trajetória*”.

A cimeira permitiu valorizar os progressos mais recentes dos países candidatos mais avançados. No caso do **Montenegro**, foi assinalado que [os trabalhos de redação do futuro tratado de adesão já tinham começado](#), num processo que poderá concluir-se com a entrada na União até 2028. Foi também referido que esse tratado poderá servir de modelo para uma nova geração de tratados de adesão, incluindo mecanismos destinados a responder a eventuais recuos em matéria de Estado de direito, como a limitação de direitos de voto ou a redução de financiamentos europeus. Quanto à **Albânia**, foi sublinhado que [o país já abriu todos os capítulos de negociação e poderá começar a encerrar provisoriamente alguns deles](#) após cumprir os critérios intermédios relativos ao grupo de capítulos sobre os fundamentos, mantendo como horizonte político a adesão até 2030.

A discussão sobre a integração gradual assumiu particular relevância na sequência das propostas recentes do Chanceler alemão, Friedrich Merz, relativas a soluções de transição para países candidatos, incluindo um [eventual estatuto de membro associado para a Ucrânia e fórmulas de observador para os Balcãs Ocidentais](#). António Costa procurou, contudo, distinguir a situação da Ucrânia da dos países dos Balcãs Ocidentais, sublinhando que estes últimos não se encontravam em guerra e que não necessitariam, por isso, de um estatuto especial para preencher o intervalo entre o fim das negociações e a adesão formal.

No plano económico e setorial, os dirigentes analisaram os progressos associados ao [Plano de Crescimento para os Balcãs Ocidentais](#), lançado em 2023, que prevê apoio financeiro de até 6 mil milhões de euros para reformas e investimentos, com o objetivo de acelerar a convergência socioeconómica com a UE, aprofundar a integração no Mercado Único, promover a cooperação económica regional através do Mercado Regional Comum e incentivar reformas relacionadas com a adesão. Em paralelo, a cimeira abordou o reforço da cooperação em matéria de política externa, segurança e defesa, incluindo através do [Mecanismo Europeu de Apoio à Paz](#), de parcerias e diálogos de segurança e defesa e de medidas destinadas a aumentar a resiliência face a ameaças cibernéticas, híbridas e à manipulação da informação por atores estrangeiros.

2. ALARGAMENTO - PARLAMENTO EUROPEU¹

A [Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu \(AFET\)](#) aprovou um novo conjunto de relatórios sobre países candidatos ou potenciais candidatos à adesão à União Europeia, reforçando a centralidade política do alargamento no atual contexto geopolítico. Estes textos seguiram-se a posições já adotadas pela AFET, em 5 de maio de 2026, sobre o **Montenegro, a Albânia e a Geórgia**: no caso [montenegrino](#), os Deputados reiteraram o apoio ao futuro do país na UE e reconheceram-no como o candidato mais avançado; relativamente

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE

à [Albânia](#), elogiaram a sua dedicação ao processo de adesão, sublinhando que a aplicação efetiva das reformas adotadas é agora essencial; quanto à [Geórgia](#), denunciaram a regressão democrática e a autocratização, defendendo que qualquer novo envolvimento da UE deverá depender da inversão do atual rumo anti-democrático e anti-europeu do Governo.

Relatório país a país

Macedónia do Norte. No relatório sobre a [Macedónia do Norte](#), os Deputados reafirmaram o apoio à adesão do país à União Europeia, mas lamentaram a insuficiência dos progressos nas reformas, em especial no Estado de direito, na reforma judicial e no combate à corrupção. O texto apelou a um renovado compromisso político e à cooperação entre partidos, nomeadamente para permitir a adoção das alterações constitucionais necessárias à abertura do primeiro grupo de capítulos negociais. Os Deputados assinalaram ainda que a polarização política tem atrasado reformas e nomeações essenciais, alertaram para campanhas de desinformação e interferência externa maligna e destacaram, em sentido positivo, o forte alinhamento do país com a política externa, de segurança e de defesa da UE.

Bósnia-Herzegovina. Relativamente à [Bósnia-Herzegovina](#), os Deputados reiteraram o apoio ao percurso europeu do país, com base na sua unidade, soberania e integridade territorial, mas apelaram à aceleração das reformas destinadas a reforçar as instituições democráticas, o Estado de direito, o combate à corrupção e ao crime organizado e a proteção dos direitos fundamentais. O relatório instou os responsáveis políticos a pôr termo ao obstrucionismo, aos vetos politicamente motivados e à retórica divisiva, incluindo a negação do genocídio, a glorificação de criminosos de guerra e as tendências secessionistas. Manifestou ainda preocupação com a interferência externa, em particular da Rússia e da Sérvia, reiterando o apoio ao Gabinete do Alto Representante e à operação EUFOR Althea como instrumentos de preservação da paz e da estabilidade.

Kosovo. No relatório sobre o [Kosovo](#), os Deputados consideraram que 2025 foi um “*ano perdido*”, devido à incapacidade de constituir uma legislatura e um governo funcionais após as eleições parlamentares de fevereiro, embora tenham reconhecido o caráter pacífico e ordeiro dos atos eleitorais. O texto valorizou o compromisso do Kosovo com a adesão à UE como escolha geopolítica estratégica e sublinhou a importância da integração gradual, incluindo através de programas europeus e cooperação setorial. Os Deputados saudaram a ratificação dos acordos no âmbito do Mecanismo de Reforma e Crescimento, mas alertaram que novos atrasos poderão comprometer reformas e financiamento europeu. O relatório insistiu ainda na necessidade de acelerar reformas no Estado de direito, nas liberdades fundamentais e no combate à corrupção, reiterou o apoio ao pedido de adesão do Kosovo e apelou aos cinco Estados-Membros que ainda não o reconheceram para que o façam.

Sérvia. Quanto à [Sérvia](#), os Deputados assinalaram que, embora o Governo continue a apresentar a adesão à UE como objetivo estratégico, essa orientação não tem sido refletida de forma consistente nas suas ações. O relatório identificou uma diferença persistente entre o alinhamento legislativo com as regras europeias e a aplicação efetiva das reformas, defendendo que as negociações só avancem com base em progressos mensuráveis e sustentáveis no Estado de direito, eleições livres e justas, combate à corrupção e ao crime organizado, independência judicial, liberdade dos meios de comunicação social e funcionamento das instituições democráticas. Os Deputados manifestaram preocupação com a crise política interna e os protestos desde novembro de 2024, defenderam eleições genuinamente livres e justas como forma de resolver a situação e criticaram os laços estreitos com a Rússia, reiterando que o alinhamento pleno com a política externa e de segurança comum da UE, incluindo as sanções contra a Rússia, é uma exigência não negociável.

Moldávia. No caso da [Moldávia](#), os Deputados elogiaram o compromisso exemplar do país com o percurso de adesão à UE e os progressos constantes nas reformas europeias, apesar da interferência russa persistente nos assuntos internos e nos processos democráticos. O relatório saudou a conclusão do processo de *screening* bilateral e apelou ao Conselho para abrir sem demora os grupos de capítulos negociais, em conformidade com a

abordagem baseada no mérito. Os Deputados destacaram os avanços na reforma da justiça e no combate à corrupção, incluindo a avaliação de juízes e procuradores, e defenderam a continuação dos esforços para limitar a influência de estruturas oligárquicas na vida política, económica e mediática. O texto apelou ainda ao reforço do apoio europeu à resiliência institucional, à comunicação estratégica, à cibersegurança, aos meios de comunicação social independentes e à proteção dos processos eleitorais.

Ucrânia. No relatório sobre a [Ucrânia](#), os Deputados saudaram as reformas relacionadas com a adesão à UE realizadas em contexto de guerra, reafirmando que nada sobre a Ucrânia deverá ser decidido sem a Ucrânia e nada sobre a segurança europeia sem a Europa. O texto defendeu garantias de segurança credíveis para a Ucrânia após o fim formal da guerra e apelou à Comissão e aos Estados-Membros para ponderarem a nomeação de um negociador europeu de alto nível para representar a UE em conversações diplomáticas. No plano interno, os Deputados reconheceram os esforços para preservar instituições democráticas e a separação de poderes durante a guerra, mas apelaram ao reforço das relações entre o legislativo e o executivo, à continuação das reformas judiciais e anticorrupção, à proteção dos organismos anticorrupção e ao reforço da liberdade de expressão e da independência dos meios de comunicação social. O relatório reiterou ainda que a Rússia deverá pagar pela destruição causada e defendeu apoio financeiro plurianual previsível da UE para a recuperação e defesa da Ucrânia.

Posição da Hungria sobre a Ucrânia

A Ucrânia e a Moldávia registaram um desenvolvimento relevante no respetivo processo de adesão à União Europeia, na sequência do anúncio, pelo Primeiro-Ministro húngaro, Péter Magyar, de um acordo global com a Ucrânia relativo ao alargamento dos direitos linguísticos, educativos, culturais e políticos da minoria húngara no país, estimada em cerca de 100 mil pessoas. Este entendimento abriu caminho à eventual retirada do veto da Hungria à abertura do primeiro grupo de capítulos de negociação de adesão da Ucrânia e, por consequência, também da Moldávia. Após a reunião dos embaixadores dos Estados-Membros junto da UE, a Presidência cipriota do Conselho anunciou o lançamento do processo de abertura formal do grupo 1 — “Fundamentos” — nas negociações de adesão dos dois países, assinalando uma etapa importante no seu percurso de integração europeia. A posição comum da UE deverá ser formalmente adotada na semana seguinte, após trabalhos técnicos no Conselho, podendo permitir a abertura oficial deste primeiro conjunto de capítulos, para cada um dos países, em duas conferências intergovernamentais distintas, previstas para 15 de junho, no Luxemburgo. Em visita a Berlim, o Primeiro-Ministro húngaro, Péter Magyar, afirmou que poderá reunir-se com o Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, no início da próxima semana.

3. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34

Planos nacionais e regionais de parceria

As comissões dos Orçamentos (BUDG), do Desenvolvimento Regional (REGI) e da Agricultura (AGRI) do Parlamento Europeu debateram conjuntamente, em 3 de junho, o projeto de relatório sobre o regulamento relativo aos futuros [Planos Nacionais e Regionais de Parceria](#) do Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034, apresentados pela Comissão em julho. Os três co-relatores — *Karlo Ressler (PPE, Croácia)*, *Andrey Novakov (PPE, Bulgária)* e *Elsi Katainen (Renew Europe, Finlândia)* — defenderam o reforço do papel das regiões e dos níveis local e regional na preparação e execução dos planos, que, inspirados na lógica do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, agregariam 698,3 mil milhões de euros e vários programas centrais do orçamento europeu, incluindo a política de coesão, a PAC, a migração e as pescas. Para responder às preocupações quanto à criação de um plano nacional único por Estado-Membro, os co-relatores propuseram **consagrar um princípio horizontal de “governança multinível”, tornando a participação demonstrável e certificada dos municípios, autoridades locais e dirigentes regionais condição para a aprovação dos planos**. Andrey

Novakov sublinhou que, sem esse envolvimento, o plano deverá ser rejeitado, enquanto Elsi Katainen defendeu que o mecanismo deverá funcionar segundo uma lógica semelhante às condicionalidades ligadas ao Estado de direito e aos direitos fundamentais. A orientação recolheu apoio transversal, incluindo de Denis Nesci (CRE, Itália), que alertou para o risco de perda da dimensão territorial, considerada a principal mais-valia da coesão.

O projeto propõe ainda reforçar o papel do Parlamento Europeu na preparação e no acompanhamento dos planos, defendendo que a sua aprovação seja feita por ato delegado, e não por ato de execução do Conselho, permitindo ao Parlamento pronunciar-se ao mesmo nível dos Estados-Membros. Embora sem decisão final sobre os montantes globais, os Deputados defenderam o aumento das verbas da coesão e da PAC, propondo reduzir de 25% para 5% a reserva de flexibilidade prevista pela Comissão, por considerarem excessivo deixar um quarto dos fundos sem programação antecipada.

No domínio agrícola, os co-relatores insistiram na manutenção da atual estrutura da PAC em dois pilares, rejeitando a sua fusão num instrumento único, e propuseram transferir para o regulamento agrícola específico vários artigos relativos à PAC incluídos no regulamento dos planos, opção valorizada por Norbert Lins (PPE, Alemanha), vice-presidente da comissão AGRI. Por fim, o projeto defende o regresso à regra N+3, em alternativa ao mecanismo N+1 proposto pela Comissão, por se entender que um prazo de apenas um ano poderia dificultar investimentos de longo prazo. A data-limite para apresentação de alterações foi adiada de 9 para 16 de junho, devido à complexidade do dossiê. O projeto de relatório está disponível [aqui](#). [projeto de relatório](#).

Recursos próprios

O grupo de trabalho do Conselho da UE sobre o **Quadro Financeiro Plurianual (QFP)** debateu, em 2 de junho, os três novos **recursos próprios** propostos pelo Parlamento Europeu, com base em estimativas apresentadas pela Comissão Europeia sobre eventuais tributações aplicáveis às **criptomoedas**, aos **gigantes digitais** e aos **jogos de azar em linha**. As três opções enfrentam, nesta fase, obstáculos políticos e técnicos significativos, sendo incerto qual poderá reunir melhores condições de avanço. Segundo a avaliação transmitida aos Estados-Membros, estas propostas, embora consideradas pertinentes, dificilmente alterariam de forma estrutural a equação orçamental da União e poderiam não estar prontas a tempo de serem aplicadas no próximo QFP. No caso dos jogos de azar em linha, a Comissão assinalou a inexistência de uma definição harmonizada e de legislação europeia específica para o setor, bem como o risco de operadores ou consumidores se deslocarem para plataformas não autorizadas fora da UE; preocupação semelhante foi identificada relativamente à eventual taxa sobre criptoativos, devido ao risco de contorno. Quanto à tributação dos gigantes digitais, a Comissão parece privilegiar a sua própria proposta de **Contribuição das Grandes Empresas** — *Corporate Resource for Europe (CORE)* —, que continua, contudo, a suscitar reservas importantes, em particular da Alemanha. O tema deverá voltar a ser discutido no **Coreper**, enquanto a Presidência cipriota prepara a apresentação da sua base de negociação quantificada para o QFP, a chamada *negotiation box*. Ver o [documento da Comissão](#)².

Por outro lado, o Ministro irlandês dos Assuntos Europeus e da Defesa, Thomas Byrne, afirmou, em 27 de maio, que existe *“tempo suficiente”* para alcançar, até ao final de 2026, um acordo unânime entre os Estados-Membros sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034, considerando não haver *“nenhuma razão”* que impeça esse objetivo, apesar dos riscos políticos associados a 2027, ano eleitoral em vários países da UE. Byrne assinalou que as discussões sobre o QFP passaram de uma fase essencialmente *“técnica”*, centrada na nova arquitetura orçamental, para uma fase claramente *“política”*, marcada pelas posições dos países *“amigos da coesão”* e dos países *“frugais ou modernizadores”*, grupo no qual a Irlanda se inclui. Após a discussão no Conselho Europeu de 18 e 19 de junho, sobre as propostas quantificadas da Presidência cipriota, caberá à

² Cortesia da Agence Europe.

Presidência irlandesa preparar uma segunda base de negociação para o Conselho Europeu de outubro, articulada com o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, que realizará em setembro uma ronda pelas capitais dedicada ao QFP.

4. PACTO ASILO E MIGRAÇÕES - REGULAMENTO SOBRE REGRESSOS

As negociações interinstitucionais entre o Conselho da UE e o Parlamento Europeu sobre a reformulação do regulamento relativo ao **regresso de migrantes em situação irregular** chegaram a um acordo provisório, após quatro trilogos realizados ao longo de três meses (detalhe [aqui](#)). O novo regulamento substituirá a diretiva de 2008, considerada desatualizada, num contexto em que apenas 28% das decisões de regresso são efetivamente executadas. O compromisso foi alcançado depois de desbloqueada a questão da data de aplicação do texto, através de uma solução faseada: um conjunto de dez medidas-chave entrará em vigor no dia seguinte à publicação do regulamento no Jornal Oficial da União Europeia, enquanto o restante regime apenas se aplicará ao fim de um ano.

Entre as medidas de aplicação imediata inclui-se a criação de centros de regresso externalizados, que permitirão à UE reenviar migrantes em situação irregular para países terceiros com os quais exista um acordo de readmissão. O acordo provisório exclui, em princípio, os menores não acompanhados dessas estruturas, mas mantém alguma indefinição quanto à situação das famílias com menores, embora o princípio do superior interesse da criança seja igualmente aplicável de imediato. Face às preocupações suscitadas, os legisladores sublinharam que o respeito pelos direitos fundamentais constitui uma “linha vermelha absoluta”, estando prevista a mobilização da experiência do ACNUR e da Organização Internacional para as Migrações para assegurar a conformidade dos dispositivos no terreno.

O acordo refletiu, contudo, uma fratura política no Parlamento Europeu. O relator Malik Azmani (Renew Europe, Países Baixos) defendeu uma abordagem pragmática e inclusiva, argumentando que os cidadãos esperam resultados, mas reconheceu que terá de procurar convencer o seu próprio grupo antes da votação em plenário. O PPE reivindicou o acordo como uma mudança de paradigma na política de regressos, com François-Xavier Bellamy (PPE, França) a destacar a extensão das durações de retenção e o fim do efeito suspensivo automático dos recursos. Em sentido oposto, Méliisa Camara (Verdes/ALE, França) denunciou um acordo que, no seu entender, colocaria em causa os direitos fundamentais dos migrantes, enquanto Estrella Galán (A Esquerda, Espanha) qualificou a legislação como uma das mais duras da legislatura.

O acordo provisório terá ainda de ser confirmado formalmente. O texto deverá ser analisado pelos representantes permanentes dos Estados-Membros no Coreper na próxima semana, seguindo-se a votação na Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE), prevista para o final de junho, antes da validação formal em sessão plenária do Parlamento Europeu.

Ponto de situação sobre o Pacto Migração e Asilo

A Comissão LIBE do Parlamento Europeu debateu, em 1 de junho, o ponto de situação da implementação do Pacto sobre Migração e Asilo, numa audição com o Comissário europeu responsável pela Migração e Assuntos Internos, Magnus Brunner, e o Vice-Ministro cipriota da Migração e Proteção Internacional, Nicholas Ioannides, poucos dias antes da entrada em aplicação prevista para 12 de junho. O balanço apresentado pela Comissão (documento de base [aqui](#)) confirmou uma execução ainda desigual entre Estados-Membros: embora a maioria tenha alcançado “capacidades adequadas” em termos de infraestruturas e pessoal para os procedimentos fronteiriços, subsistem dificuldades relevantes, em particular nos sistemas informáticos, nalguns casos obsoletos, e nas medidas de segurança destinadas a evitar fugas de migrantes.

5. ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA NATO

A [Assembleia Parlamentar da NATO](#) concluiu a sua sessão da primavera, acolhida pela Lituânia entre **30 de maio e 1 de junho de 2026**, reunindo **236 parlamentares** dos 32 países aliados e de países parceiros, seis semanas antes da Cimeira da NATO em Ancara. Em plenário, a Assembleia adotou uma [declaração](#) que compromete os parlamentos nacionais a assegurar à NATO o “*apoio político sustentado e os recursos*” necessários para dissuadir e defender contra ameaças provenientes de qualquer direção. Na sessão, o Presidente da Assembleia Parlamentar da NATO, **Marcos Perestrello (Portugal)**, sublinhou que “*o mundo à nossa volta está a mudar de forma profunda*”, tornando-se “*mais instável e mais contestado*”, e que, nesse contexto, “*manter a NATO forte nunca foi tão importante; e a nossa Assembleia nunca foi tão importante*” (discurso [aqui](#)). A declaração defendeu, neste quadro, a operacionalização do compromisso de investir **5% do PIB por ano** em defesa e necessidades de segurança conexas, apelando aos aliados para acelerarem os respetivos calendários de execução “*bem antes de 2035*”.

A declaração assumiu particular relevância por anteceder a Cimeira de Ancara, que deverá centrar-se na transformação dos compromissos financeiros em **capacidades prontas para combate**, no aumento significativo da escala das indústrias de defesa e no reforço do apoio à Ucrânia. A Secretária-Geral Adjunta da NATO, **Radmila Shekerinska**, saudou o papel dos parlamentares na garantia de que os governos cumprem os compromissos assumidos em matéria de defesa, afirmando que “*Ancara será sobre transformar dinheiro em capacidades prontas para combate, aumentar significativamente as nossas indústrias de defesa e apoiar fortemente a Ucrânia*”, acrescentando que a cimeira será, sobretudo, sobre “*entregar resultados*” (discurso [aqui](#)). Os parlamentares comprometeram-se, por seu lado, a acompanhar a execução das decisões que venham a ser tomadas em Ancara em matéria de capacidades, prontidão, geração de forças, infraestruturas, indústria de defesa e resiliência, garantindo que sejam aplicadas com rapidez, em escala adequada e com efeito dissuasor.

Os trabalhos em Vilnius centraram-se em **três eixos principais**: i) a manutenção de apoio robusto à Ucrânia no campo de batalha, em paralelo com a criação de condições para uma paz sustentável; ii) o reforço da defesa coletiva e a modernização da indústria de defesa; e iii) a proteção acrescida de ativos estratégicos e dos sistemas democráticos face a ameaças híbridas.

No âmbito do Conselho Interparlamentar Ucrânia-NATO, foram analisadas as lições da inovação militar ucraniana, em particular o rápido desenvolvimento de tecnologias de drones e procedimentos de contratação pública mais ágeis, assentes num circuito de retorno em tempo real entre a linha da frente, os decisores políticos e a indústria. Esta experiência foi apresentada como relevante para que os aliados adotem sistemas de aquisição de defesa mais rápidos, flexíveis e coordenados.

O Comissário europeu responsável pela Defesa, **Andrius Kubilius**, defendeu a criação de um verdadeiro **mercado único da defesa** na Europa, lamentando que a União continue a funcionar como “*vinte e sete pequenos mercados*”, sem concorrência efetiva à escala europeia. Kubilius associou esta fragmentação ao peso das encomendas públicas nacionais no setor, recordando que até **80%** da produção dos grandes grupos de armamento é encomendada por governos e forças armadas nacionais e que até **80%** dessas encomendas são feitas por ajuste direto, ao abrigo da exceção de segurança prevista no **artigo 346.º do TFUE**, sem concurso público. Segundo o Comissário, esta realidade protege os grandes grupos tradicionais, favorece uma produção pesada, sofisticada e dispendiosa — que comparou a uma “*alta-costura*” difícil de industrializar — e permite que esses atores influenciem não apenas a procura pública, mas também as doutrinas militares nacionais. Kubilius advertiu que, sem mercado único e sem procedimentos de aquisição concorrenciais, as **start-ups** e **PME** europeias da defesa dificilmente poderão crescer, inovar e transformar a oferta, tomando o modelo ucraniano como exemplo da importância de ecossistemas mais ágeis, abertos ao risco e ao investimento privado.

Neste contexto, anunciou que a Comissão deverá apresentar, no final de junho, uma comunicação específica sobre o desenvolvimento do mercado único da defesa e apelou a uma maior mobilização de capitais privados europeus, sublinhando que **65%** dos investimentos em tecnologias de defesa na UE provêm atualmente dos Estados Unidos, o que prejudica a autonomia estratégica europeia. Depois de qualificar como um “franco sucesso” o atual [Mecanismo de Investimento em Capital Próprio para a Defesa](#), dotado de **175 milhões de euros** para mobilizar **500 milhões de euros** de capitais privados, Kubitius anunciou o lançamento, ainda este ano, de um **Mecanismo 2.0**, com um orçamento cinco vezes superior, de **1 000 milhões de euros**, destinado a atrair mais investimento privado para o setor.

A sessão incluiu ainda audições parlamentares com especialistas e debates sobre projetos de relatório a adotar na próxima sessão anual da Assembleia, que terá lugar em [Berlim, entre 20 e 23 de novembro de 2026](#).

6. COMISSÃO EUROPEIA E OCDE: PROJEÇÕES ECONÓMICAS

Pacote de primavera da Comissão Europeia

A Comissão Europeia apresentou o [Pacote da Primavera do Semestre Europeu de 2026](#), que define orientações de política económica, social, orçamental e estrutural para os Estados-Membros, num contexto marcado por incerteza geopolítica, necessidade de reforço da competitividade, pressão sobre as finanças públicas e preparação do quadro financeiro pós-2027. O pacote inclui as [recomendações específicas por país](#) e articula-se com a Bússola para a Competitividade, procurando orientar reformas e investimentos nacionais e regionais em domínios como inovação, descarbonização, segurança económica, capital humano, mercado de trabalho, energia, habitação e sustentabilidade orçamental.

A Comissão avaliou igualmente a evolução macroeconómica e orçamental dos Estados-Membros no âmbito do novo quadro de governação económica, incluindo a possibilidade de utilização da cláusula de derrogação nacional para acomodar aumentos das despesas com defesa. No caso de **Portugal**, assinalou que o país não foi identificado, no Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2026, como Estado-Membro que exigisse uma apreciação aprofundada, e registou que o PIB real cresceu 1,9% em 2025, prevendo crescimentos de 1,7% em 2026 e 1,8% em 2027, com inflação de 3,0% em 2026 e 2,3% em 2027.

Nas recomendações dirigidas a Portugal, a Comissão reconheceu uma situação orçamental excedentária em 2025 e próxima do equilíbrio em 2026, mas assinalou que o crescimento das despesas líquidas ultrapassou, e deverá continuar a ultrapassar, as taxas máximas recomendadas pelo Conselho. Embora Portugal tenha sido autorizado a recorrer à cláusula de derrogação nacional para acomodar eventuais aumentos das despesas com defesa, a Comissão observou que essa flexibilidade não altera o desvio apurado, uma vez que as despesas públicas com defesa se mantiveram em 0,8% do PIB. A Comissão recordou ainda que Portugal registou um excedente das administrações públicas de 0,7% do PIB em 2025, prevendo um défice de 0,1% em 2026 e de 0,4% em 2027, e que a dívida pública deverá continuar a diminuir, de 89,7% do PIB em 2025 para 87,6% em 2026 e 86,0% em 2027. Em termos de reformas e investimentos, recomendou a continuação da execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, a aceleração dos programas da política de coesão, a simplificação regulamentar, a redução dos encargos administrativos para as empresas, a melhoria da eficiência dos tribunais administrativos e fiscais e a manutenção do investimento em investigação e inovação. No plano energético e ambiental, apontou a necessidade de acelerar a descarbonização dos transportes, reforçar redes elétricas e interligações, melhorar os procedimentos de ligação, promover contratos de longo prazo e eficiência energética, bem como melhorar a gestão de resíduos, recursos hídricos, florestas e riscos climáticos.

No domínio social, recomendou medidas para assegurar o acesso equitativo a cuidados de saúde e de longa duração, responder à escassez de profissionais no SNS, melhorar competências e resultados escolares e enfrentar a crise da habitação através do aumento da oferta, incluindo habitação social e acessível, melhor utilização do

parque habitacional e maior coordenação entre políticas de habitação, planeamento urbano, ordenamento do território e transportes.

Economic outlook da OCDE

A OCDE publicou o [Economic Outlook, Volume 2026 Issue 1 — “Under Pressure”](#), num contexto em que a **evolução do conflito no Médio Oriente passou a constituir o principal fator de incerteza para a economia mundial**. No cenário central, assente na hipótese de que os preços da energia começarão a normalizar gradualmente a partir de meados de 2026, **a OCDE projeta uma desaceleração do crescimento global de 3,4% em 2025 para 2,8% em 2026, antes de uma recuperação para 3,1% em 2027**.

A inflação anual nos países do G20 deverá aumentar de 3,4% em 2025 para 4,0% em 2026, recuando depois para 3,1% em 2027, à medida que se dissipem as pressões sobre a energia e os bens alimentares. A organização alerta, contudo, que uma perturbação prolongada nos mercados da energia teria efeitos significativamente mais severos, podendo reduzir o crescimento mundial para 2,1% em 2026 e 1,8% em 2027, níveis associados a crises económicas profundas, e acrescentar cerca de 0,4 pontos percentuais à inflação global em 2026 e 1,3 pontos percentuais em 2027. Como sintetizou o economista-chefe da OCDE, Stefano Scarpetta, “quanto mais tempo durar a perturbação, maior será o custo económico, mas também social, desta crise”, tornando mais difíceis as escolhas de política económica.

Neste contexto, a OCDE recomenda que os bancos centrais mantenham uma postura vigilante para evitar que o choque energético se traduza em pressões inflacionistas persistentes, ao mesmo tempo que os governos devem assegurar planos orçamentais credíveis e limitar eventuais medidas de apoio à energia a intervenções temporárias, direcionadas e compatíveis com incentivos à poupança energética.

Para **Portugal**, a OCDE projeta um crescimento real do PIB de **1,8% em 2026 e 1,7% em 2027, com a inflação a atingir um pico de 3,2% em 2026**, refletindo a transmissão dos preços mais elevados da energia à economia. A organização identifica como fatores de sustentação da procura interna os desembolsos elevados dos fundos do PRR, a robustez do mercado de trabalho, reduções permanentes de impostos e medidas temporárias de apoio orçamental destinadas a amortecer o impacto dos preços da energia e de eventos climáticos severos.

Em 2027, o crescimento das exportações deverá recuperar gradualmente, acompanhando a melhoria da procura externa. Entre os principais riscos para Portugal, a OCDE destaca uma execução incompleta dos projetos financiados pelo PRR e perturbações prolongadas nos mercados da energia.

No plano orçamental, antecipa que a política pública apoie a economia em 2026 e se torne mais restritiva em 2027, com a eliminação gradual das medidas temporárias e o fim do financiamento do PRR, sublinhando ainda que a manutenção de uma trajetória descendente da dívida pública exigirá ganhos de eficiência na despesa pública, maior recurso a análises da despesa, reorientação de recursos para investimento e medidas para aumentar o emprego dos trabalhadores mais velhos, incluindo o alargamento do acesso à formação e a limitação de opções de reforma antecipada.

Portugal: Demand, output and prices

	2022	2023	2024	2025	2026	2027
	Current prices EUR billion	Percentage changes, volume (2021 prices)				
Portugal						
GDP at market prices	244.0	3.1	2.2	1.9	1.8	1.7
Private consumption	155.2	2.4	3.0	3.5	1.9	1.9
Government consumption	42.5	1.8	1.5	1.6	1.4	0.8
Gross fixed capital formation	50.2	6.0	4.3	3.6	5.2	1.7
Final domestic demand	247.9	3.0	3.0	3.2	2.5	1.7
Stockbuilding ¹	2.0	-0.8	-0.1	0.4	-0.3	0.1
Total domestic demand	249.8	2.2	2.9	3.7	2.2	1.7
Exports of goods and services	120.7	4.3	3.2	0.4	0.8	2.4
Imports of goods and services	126.6	2.3	4.7	4.3	2.1	2.4
Net exports ¹	-5.9	0.9	-0.6	-1.7	-0.5	0.0
Memorandum items						
GDP deflator	-	7.5	4.9	3.9	2.9	2.8
Harmonised index of consumer prices	-	5.3	2.7	2.2	3.2	2.5
Harmonised index of core inflation ²	-	5.4	2.7	2.3	2.3	2.5
Unemployment rate (% of labour force)	-	6.5	6.4	6.0	5.8	5.8
Household saving ratio, net (% of disposable income)	-	0.4	4.6	3.4	3.5	2.7
General government financial balance ³ (% of GDP)	-	1.1	0.6	0.7	0.0	-0.1
General government gross debt (% of GDP)	-	103.9	99.1	93.4	90.0	87.1
General government debt, Maastricht definition ⁴ (% of GDP)	-	96.9	93.5	89.7	86.3	83.3
Current account balance (% of GDP)	-	0.6	2.2	1.2	-0.1	0.4

1. Contributions to changes in real GDP, actual amount in the first column.

2. Harmonised index of consumer prices excluding food, energy, alcohol and tobacco.

3. Based on national accounts definition.

4. The Maastricht definition of general government debt includes only loans, debt securities, and currency and deposits, with debt at face value rather than market value.

Source: OECD Economic Outlook 119 database.

StatLink  <https://stat.link/q3i7c9>

7. COMISSÃO EUROPEIA - SOBERANIA DIGITAL

A Comissão Europeia apresentou o [Pacote Europeu de Soberania Tecnológica](#), um conjunto de medidas destinado a reforçar a capacidade da UE em áreas consideradas críticas — semicondutores, inteligência artificial, nuvem e código aberto —, num contexto de forte dependência europeia de fornecedores externos em tecnologias digitais essenciais e de crescimento acelerado da procura de capacidade computacional associada à IA.

O pacote inclui duas propostas legislativas, o [Chips Act 2.0](#) e o Cloud and AI Development Act, bem como uma Estratégia de Código Aberto e um roteiro estratégico para a digitalização e a IA no setor da energia. Ursula von der Leyen enquadrou a iniciativa como uma questão de autonomia e segurança, afirmando que a Europa não pode depender de terceiros para as tecnologias que mantêm *“os hospitais a funcionar, as redes de energia estáveis e os serviços seguros”*, enquanto Henna Virkkunen sublinhou que, num mundo em que geopolítica e tecnologia são inseparáveis, a UE deve estar *“em controlo dos seus dados, das suas cadeias de abastecimento e do seu futuro”*.

O **Cloud and AI Development Act**, integrado no AI Continent Action Plan, visa triplicar a capacidade dos centros de dados na Europa nos próximos cinco a sete anos, criar um quadro comum para avaliar riscos de soberania em serviços de nuvem e IA e apoiar centros locais de experiência e aceleração da adoção de IA. A estratégia de código aberto pretende reforçar alternativas europeias em áreas como nuvem, IA, cibersegurança e semicondutores, promovendo competências, start-ups e maior utilização nas administrações públicas.

8. COMISSÃO EUROPEIA - OCEAN EYE

A Comissão Europeia apresentou a iniciativa [OceanEye](#), destinada a colocar a União Europeia na linha da frente da observação dos oceanos e a reforçar a sua capacidade de produzir, integrar e utilizar dados oceânicos para fins científicos, económicos, ambientais, climáticos e de segurança. A iniciativa parte de um diagnóstico claro: embora o oceano cubra cerca de 70% da superfície da Terra, apenas 5% foi explorado e cartografado, o que limita a capacidade de compreender a evolução dos ecossistemas marinhos, prever fenómenos climáticos extremos, apoiar a economia azul e proteger infraestruturas marítimas críticas. Integrada no [Pacto Europeu dos Oceanos](#), a OceanEye pretende que, até 2035, a UE se afirme como o principal fornecedor mundial de inteligência oceânica, contribuindo com 35% dos dados globais de observação dos oceanos e assegurando 35% do mercado das tecnologias de observação oceânica. A Comissão sublinhou, neste contexto, que os dados oceânicos são essenciais para a segurança das operações no mar, a competitividade da economia azul, a qualidade das previsões meteorológicas, a fiabilidade das projeções climáticas, a restauração e proteção dos oceanos e a resiliência das zonas costeiras.

A iniciativa assenta em quatro eixos principais: i) melhor governação europeia para recolher, partilhar e utilizar dados oceânicos de forma mais coordenada; ii) liderança global, através de uma aliança internacional de apoio ao Global Ocean Observing System; iii) desenvolvimento de mercados e setores inovadores ligados à observação dos oceanos, incluindo com recurso ao [European Digital Twin Ocean](#); e iv) aproximação dos cidadãos ao oceano através da educação, cultura e competências, incluindo o futuro laboratório da Nova Bauhaus Europeia para comunidades oceânicas, costeiras e insulares.

Para lançar a OceanEye, a Comissão mobilizará mais de 92 milhões de euros de programas existentes, incluindo 50 milhões de euros para reforçar a contribuição da UE para a observação global dos oceanos, 12 milhões de euros para apoiar sistemas resilientes de dados oceânicos e 30 milhões de euros para start-ups e tecnologias inovadoras, como drones submarinos e sensores baseados em IA.

9. REUNIÕES DO CONSELHO

As reuniões do Conselho neste período podem ser consultadas [aqui](#).

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada aos grupos políticos e comissões parlamentares.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [10 de junho](#), destacando-se o Pacote relativo às ilhas e comunidades costeiras, nomeadamente a **Comunicação sobre as comunidades costeiras** e a **Comunicação sobre as ilhas**.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 8 de junho - [Reunião informal dos ministros da Defesa](#); [Conselho sobre Transportes](#); 9 de junho - [Conselho sobre Telecomunicações](#); 11 de junho - [Eurogrupo](#)

Bruxelas | 5 de junho de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)